

Diretas requentadas *que P11 mg*

Villas-Bôas Corrêa

Recomeçou o alvoroço, com o largo consumo de informações destorcidas, infladas de esperanças e de ilusões, em torno da próxima votação na Constituinte, dentro de duas semanas, das Disposições Transitórias, quando será decidida a duração do mandato do presidente José Sarney.



Por enquanto, como se sabe, a Constituinte aprovou, na famosa sessão com recorde imbatível de comparecimento, - a totalidade dos 559- a brutal mobilização da máquina do governo e o auxílio nada desprezível da pressão militar, o sistema de governo presidencialista e o mandato presidencial de cinco anos. Para todos os presidentes. A definição, pela forma que foi alcançada, com os seus ingredientes excepcionais, mereceu a justa interpretação de um prenúncio dos cinco anos também para Sarney. O governo exibiu a força do esquema, sua arrasadora eficácia para consolidar fidelidades, mudar votos e, acima de tudo, para recrutar a bancada da centena dos enrustidos não militantes, os parlamentares dos lobbies, dos múltiplos interesses, eternos ausentes jamais descobertos pelas pesquisas dos profissionais ou das tentativas amadorísticas.

Não foi só. No fundo da celebrada vitória governista, da demonstração de competência na mobilização do plenário, desencavando deputados que não eram conhecidos nem dos porteiros, que jamais pisaram nos seus gabinetes entocados no luxo dos anexos, - pairou a justificativa, constrangedora mas exata, de razoável lógica e fino sentido de sobrevivência, de que a Constituinte atendeu ao presidente Sarney para contornar um confronto com o Executivo e que transbordaria, inevitavelmente, para a gravidade de uma crise militar. Afinal os frouxos desmentidos formais não desmancharam a evidência de que os constituintes votaram, em sua maioria ou em grande número, perfeitamente informados do veto explícito da cúpula das Forças Armadas ao parlamentarismo que poderia conduzir ao controle do poder pelas esquerdas mais atuantes, com maior capacidade de ocupação dos espaços e à eleições presidenciais diretas este ano, com risco de uma vitória, na vaga da decepção popular, de Leonel Brizola.

De então para cá o que é que mudou, a ponto de justificar a comichão otimista dos quatroanistas, anunciando que agora a Constituinte acertará a mão, encurtando o mandato de Sarney para garantir diretas este ano? Bem, algumas alterações podem e devem ser registradas. A inflação disparou de vez, arrebatando com o orçamento da classe média e engolindo o magro salário dos pobres. O governo está anunciando endurecimento, franze a testa, faz cara feia, jura que vai cortar na carne dos desperdícios do déficit público e, por ora, congelou o vencimento do funcionalismo, com a suspensão provisória da aplicação da URP para as correções mensais. No Senado, a CPI da corrupção ensaia uma manobra desestabilizadora do governo,

investindo, a rilhar os dentes, contra a honra do presidente José Sarney. E, pelo PMDB, até pelo PFL, acelera-se a desagregação do quadro partidário, piorando a posição do governo, apanhando de todos os lados. Pois se até o Senado promete a novidade de uma maioria oposicionista...

Ainda não é tudo. A cada votação importante, com significação política, confirma-se que a pobreza da Constituinte mergulhou de ponta nas águas poluídas da bagunça. Tolice especular com vitórias e derrotas do *centrão* ou das esquerdas, subitamente aliadas do empresariado nacionalista. O que a evidência está berrando, a cada episódio, é que uma Constituinte sem a liderança do presidente da República, sem partidos e sem comando não consolida maioria e nem compõe minoria. Abandonada pelas omissões dos que renunciaram às suas responsabilidades, por malandragem ou falta de condições mínimas para exercê-la, ela está à matroca. Entregue à própria sorte ou ao seu infortúnio. Caminha como bêbado, no sinuoso das hesitações, do desequilíbrio capenga, ao tropeções. Ora pende para o conservadorismo mais empedernido, ora descamba para os mais surpreendentes avanços sociais para terminar, quase sempre, nos acertos consensuais. Cada votação é um parto. Nada tem a ver com que se combinou na véspera; nenhum compromisso com a coerência.

Por que, então, teimar no erro repetido de antecipar resultados? O mandato do presidente José Sarney não está decidido e nem haverá qualquer segurança quanto ao resultado da votação antes que ela se confirme no placar eletrônico. De palpites errados andamos fartos.

O presidente, seus aliados, - ministros, líderes e, claro, a retaguarda militar, - estão diante do renovado desafio da ratificação da vitória dos cinco anos ou da desmoralização da derrota.

É só o que se pode antever. Nem a prévia tranquilidade do bis nem a premonição do desastre. O resultado anterior, mesmo com a folga da diferença, não garante coisa nenhuma. Mas prognosticar a virada pelas bruxarias da adivinhação é, para dizer o menos, uma bobice.

Quando o governo jogou pesado, levou e com larga vantagem. Se vai repetir a dose e o resultado, não se sabe. Ninguém sabe.

Constituinte desorganizada, com o partido majoritário driblando compromissos, dá nisso: nesse clima de aventura, no qual cada votação é um risco, o salto no escuro.

Pois o que não parece ter se alterado são os componentes potenciais da crise. Não se tem qualquer indício do abrandamento do veto militar. Ao contrário, os indicadores sugerem a multiplicação dos receios, com o agravamento da inflação.

A coitada da transição padece os sobressaltos da fase final e portanto decisiva. Aproxima-se dos atos derradeiros - a promulgação da Constituição, seguida da eleição presidencial - tremendo de paúra, beirando desastres. Só não desanda de vez, simplesmente porque não há outra saída.

JORNAL DO BRASIL

4 MAI 1988